

DOSSIE UNESCO

Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO

FORMULÁRIO DA UNESCO

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

Convenção referente à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural

LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Formulário de proposta de inscrição

Nos termos da Convenção referente à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em 1972, o Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, a seguir denominado “Comitê do Patrimônio Mundial”, estabelece com o nome de “Lista do Patrimônio Mundial”, uma lista de bens do patrimônio cultural e natural tal como definido na Convenção e que considera como tendo valor universal excepcional, em aplicação dos critérios por ele estabelecidos.

O presente formulário tem por objetivo permitir aos Estados-partes submeter ao Comitê do Patrimônio Mundial propostas referentes aos bens situados nos seus territórios suscetíveis de serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial de acordo com os critérios que o Comitê adotou e que figuram nas “Diretrizes para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”. Somente as propostas de inscrição recebidas no Secretariado da UNESCO antes de 1º de outubro serão levadas em consideração pelo Comitê do Patrimônio Mundial para o ano seguinte. O Comitê lembra aos Estados-partes sua decisão de só levar em consideração as propostas de inscrição de **bens culturais** incluídos nas suas listas indicativas de bens culturais. Da mesma forma, no que diz respeito aos **bens naturais** será dada prioridade à análise das propostas relativas aos bens constantes de uma lista indicativa submetida pelo Estado-parte interessado.

Chama-se a atenção dos Estados-partes sobre o fato de que todas as propostas de inscrição serão objeto de avaliação técnica feita por organizações não governamentais (ICOMOS para os bens culturais; UICN para os bens naturais).

Em anexo encontram-se orientações que ajudarão no preenchimento do presente formulário. As informações solicitadas deverão ser datilografadas nos espaços reservados para esta finalidade. Informações complementares poderão ser fornecidas em folhas anexas ao formulário.

É importante ressaltar que o Comitê do Patrimônio Mundial manterá em seus arquivos toda a documentação (mapas, plantas, fotografias* etc.) apresentada em apoio às propostas de inscrição na Lista do Patrimônio.

O formulário, preenchido em inglês ou em francês, deverá ser encaminhado em três exemplares, por intermédio da Comissão Nacional da UNESCO e/ou da Delegação Permanente do Estado-parte junto à UNESCO ao:

Secrétariat du Comité du patrimoine mondial (para os bens culturais)

Division des sciences écologiques (para os bens naturais)

UNESCO

7, place de Fontenoy

75700 Paris- França

* Quando couber, solicitamos o preenchimento do formulário de autorização anexo concedendo à UNESCO o direito de utilizar esse material fotográfico nas suas atividades de promoção.

FORMULÁRIO/UNESCO

| | |
|--|---|
| 1. Localização exata a) País | BRASIL |
| b) Estado, município ou região | Estado do MARANHÃO |
| c) Nome do bem | Centro Histórico de SÃO LUIS |
| d) Local exato nos mapas com indicação das coordenadas geográficas | <p>2º 32'00" latitude S. 44º 17'05" longitude O.</p> <p>A cidade de São Luís (518 km²) ocupa a parte oeste da ilha de São Luís (905 km²), separada do continente pelo estreito dos Mosquitos (largura máxima: 150 metros), está situada entre as baías de São Marcos e de São José, que constituem o Golfão Maranhense.</p> |
| e) Mapas e/ou plantas | <p>Ver anexo: dossiê de mapas</p> <p>a) mapas de situação (1/20.000, 1/10.000, 1/5.000)</p> <p>b) mapas antigos (1640, 1844, 1912, 1948, 1997) reelaborados em escala de 1/5.000</p> <p>c) mapas de análise da área edificada (perímetro tombado, estilos arquitetônicos, ações de preservação, estado de conservação, vista aérea)</p> |
| 2. Dados jurídicos a) Proprietário | <p>Governo Federal Governo do Estado Prefeitura de São Luís Proprietários privados</p> |
| b) Status jurídico | <p>O Centro Histórico de São Luís agrupa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a totalidade (60 hectares) da área tombada pelo governo federal (Instituto do Patrimônio Histórico e |

| | |
|---|--|
| | <p>Artístico Nacional) a seguir denominado “área federal tombada”;</p> <p>- uma parte (190 hectares) da área tombada pelo governo do Estado do Maranhão (Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão) a seguir denominada de “área estadual tombada”.</p> <p>O conjunto aparece no Plano Diretor da Cidade de São Luís como ZPH (zona de proteção histórica), reforçando as regras de proteção das áreas tombadas.</p> |
| c) Instituição ou administração nacional responsável | <p>O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís é coordenado pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural (Diretoria do Patrimônio Cultural) e seu Departamento de Projetos Especiais, órgãos subordinados à Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Maranhão.</p> |
| d) Administrações e organizações nacionais associadas (se for o caso) | <p>3ª Coordenadoria Regional (direção regional) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a proteção da área tombada em âmbito federal.</p> <p>Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão, para a proteção das áreas tombadas em âmbito estadual.</p> <p>Prefeitura de São Luís Fundação Cultural de São Luís (FUNC): políticas culturais) Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo (SEMTHURB): legislação urbana, Plano Diretor, fiscalização urbanística, aprovação de projetos e obras.</p> |
| 3. Identificação | <p>Ver anexo 8 – “Centro Histórico de São Luís”</p> |
| a) Histórico | <p>1612: os franceses fundam São Luís e constroem uma fortaleza.</p> <p>1615: os portugueses retomam São Luís. Francisco Frias de Mesquita prepara o plano regulador da cidade.</p> <p>1750-1774: reforma de Pombal, organização da economia algodoeira.</p> <p>1780-1880: idade do ouro de São Luís.</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>1880-1980: decadência 1980: Plano de Preservação. Projeto Praia Grande</p> |
| b) Descrição e inventário | <p>O Centro Histórico de São Luís se estende por 79 hectares, reunindo cerca de 1.500 imóveis. É limitado pelo mar, pelas embocaduras dos rios Anil e Bacanga e pelo resto da cidade na sua área estadual tombada (141 hectares) não incluída no perímetro delimitado, que constitui uma zona tampão.</p> <p>A parte situada a oeste das ruas do Egito e Formosa constitui a parte mais antiga e a mais homogênea. Na parte da planície que avança no mar, encontra-se o núcleo da cidade, com o Palácio dos Leões (no local da fortaleza francesa), o Palácio La Ravardière (Prefeitura), a catedral e o antigo colégio dos jesuítas. A parte baixa, antiga Praia Grande transformada no final do século XVIII em porto, foi quase inteiramente restaurada em 1981-1982 e 1987-1989.</p> <p>A parte situada a leste da Rua do Egito é menos homogênea quanto à arquitetura (variações “equatoriais” dos estilos <i>art-nouveau</i>, <i>art-deco</i> sobre o tema neoclássico), mas respeita os traçados e a volumetria herdados do Plano de 1615.</p> |
| e) Documentação fotográfica e/ou cinematográfica | <p>Ver anexo 1 - Álbum fotográfico (50 fotos) Ver anexo 2 - Álbum de diapositivos (60 diapositivos)</p> |
| d) Bibliografia | <ul style="list-style-type: none"> - Álbum do Maranhão (Rio de Janeiro, 1908) - Álbum Comemorativo do 3º Centenário da Fundação de São Luís, 1612-1912 (São Luís, Typ. Teixeira, 1913) - Michel Parent: Propositions pour São Luís et Alcântara (UNESCO, 1966) - Paulo Santos : Formação de Cidades no Brasil Colonial (Coimbra, 1968) - Viana de Lima: Propositions pour la préservation de São Luís e Alcântara (UNESCO 1973 et 1977) - Luis Phelipe Andres (coord): Monumentos Históricos do Maranhão (São Luis, SIOGE, 1979) - Dora Alcântara: Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão. (Fontana, Rio de Janeiro, 1980) - Olavo Pereira da Silva Filho: Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão (Lord, 1986) |

| | |
|--|---|
| <p>4. Estado de preservação ou de conservação</p> <p>a) Diagnóstico</p> | <p>A decadência econômica do Maranhão, a partir da segunda metade do século XIX foi o principal fator para a preservação do Centro Histórico. Protegeu a cidade de uma eventual tentativa do tipo haussmaniano e da arquitetura eclética do tipo “belas-artes”. Porém essa decadência provocou a progressiva deterioração do estado das edificações.</p> <p>O crescimento vegetativo da cidade, ligado ao crescimento demográfico do Brasil (20 milhões de habitantes em 1920, 50 milhões em 1950) provocou o crescimento da cidade, ao longo do Caminho Grande, em direção ao interior da ilha e, nos anos 40, houve uma tentativa para modernizar o Centro e facilitar o trânsito de automóveis: a Rua do Egito foi alargada e a Avenida Magalhães Almeida construída unindo o Largo do Carmo (área central do Centro) ao Largo do Mercado. Essa tentativa não teve, felizmente, continuidade. A partir de 1970, a inauguração da ponte sobre o rio Anil fixou o crescimento urbano na outra margem do rio Anil. A construção de um anel viário (1970-1974), que contorna o Centro, afastou definitivamente qualquer ameaça de modificação do traçado urbano.</p> <p>Nos anos 50, três imóveis fora de gabarito (8 e 12 andares) foram construídos em estilo “moderno”. Mas, no conjunto, o tecido edificado conservou sua volumetria antiga e as construções baixas da primeira metade do século XX, que são vistas na parte “estadual” do Centro, inspiradas em diferentes estilos, manifestam-se como variações equatoriais sobre um tema “neoclássico” de base.</p> <p>O programa de preservação iniciado em 1979 coloca definitivamente o Centro ao abrigo de modificações intempestivas e mostra que conjugar restauração e infraestrutura, restauração e habitação permitem obter resultados notáveis.</p> |
| <p>b) Histórico da preservação ou da conservação</p> | <p>Ver Anexo 9: “Programa de Preservação e de Revitalização”</p> <p>A percepção da dimensão urbana do patrimônio data de 1966-1973: da missão de Michel Parent à organização do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. O período de 1973-1979 viu a eclosão de numerosos estudos e pesquisas, que prepararam o Programa de Preservação e</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>Revitalização do Centro Histórico (1979 até hoje). No âmbito desse Programa, o Projeto Praia Grande (1979-1982) e o Projeto Reviver (1987-1990) permitiram a restauração da parte mais antiga do Centro Histórico.</p> |
| <p>c) Meios de preservação ou de conservação e plano de gestão</p> | <p>O tombamento como monumento histórico federal e estadual protege o conjunto do centro histórico. A restauração e a revitalização são coordenadas pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural (Diretoria do Patrimônio Cultural) e pelo Departamento de Projetos Especiais que é vinculado à Coordenadoria. Desde 1979, a mesma equipe técnica (engenheiros, arquitetos etc.) responde pela realização do Programa de Preservação adotado em 1979. Ver em anexo o Plano de Preservação.</p> |
| <p>d) Planos de desenvolvimento regional</p> | <p>Os quatro municípios que ocupam a ilha de São Luís foram reagrupados a partir de 1989 na <u>Região Metropolitana da ilha de São Luís</u>, que se encontra em processo de implantação, e deve coordenar os planos de desenvolvimento.</p> |
| <p>5. Justificativa da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial</p> <p>a) Bem cultural</p> | <p>As paisagens urbanas do século XIX, menos protegidas e há menos tempo que as do século XVIII, praticamente desapareceram como conjuntos homogêneos das grandes cidades brasileiras. Subsiste apenas o de São Luís que constitui, dessa forma, um testemunho excepcional sobre a formação da nação brasileira. Tanto mais excepcional por corresponder ao apogeu de São Luís, o que explica a beleza tão original desse conjunto, um dos raros bem sucedidos exemplos de aclimatação em meio equatorial de modelos europeus. A área proposta para o reconhecimento da UNESCO corresponde ao Centro Histórico de São Luís <i>stricto sensu</i>, tal como se desenvolveu e se estabilizou entre 1615 e 1850, seguindo exatamente o plano regulador de 1615.</p> |
| <p>i) Motivos pelos quais o bem é considerado como respondendo a um ou a vários critérios para o</p> | <p>O Centro de São Luís está submetido aos critérios IV e V. É um exemplo excepcional de um tipo de arquitetura (colonial e pós-colonial) que utilizou dois modelos europeus (arquitetura “tradicional” portuguesa e neoclássica) e os adaptou ao clima equatorial e um</p> |

| | |
|--|--|
| <p>patrimônio cultural, com, se for o caso, uma avaliação comparativa do bem em relação a outros bens do mesmo tipo.</p> | <p>exemplo excepcional de um momento chave da criação do Brasil (arquitetura e urbanismo da primeira metade do século XIX). São Luís é a única cidade do mundo situada na proximidade imediata do equador (cf. Singapura, Libreville, Nairobi) que constitui um verdadeiro sucesso urbano antigo. Apenas Quito pode ser-lhe comparada, mas esta se encontra nas alturas dos Andes, enquanto São Luís está no nível do mar. Conjunto frágil como todos os conjuntos urbanos que permanecem vivos e, portanto, submetidos à evolução das condições socioeconômicas.</p> |
| <p>ii) Evolução do estado atual de conservação do bem em relação a bens similares situados em outros lugares</p> | <p>A parte protegida pela legislação estadual é a mais bem conservada. A utilização comercial e residencial que mantém a vitalidade dessa zona representa, no entanto, uma pressão que deve ser controlada para evitar a descaracterização das edificações. Na parte protegida pela legislação federal encontra-se a maior concentração de sobrados grandes e antigos. A transferência das atividades para novos bairros, às margens dos rios Anil e Bacanga, deixou sem função esses edifícios, que se encontram ameaçados de arruinamento. Recentes campanhas permitiram a recuperação de numerosas edificações e mostraram a possibilidade de preservação e de revitalização do conjunto.</p> <p>Outros lugares no mundo, geralmente nascidos do contato da cultura portuguesa com outras culturas (ver anexo 10 - Breve História de São Luís) têm algumas semelhanças com São Luís, mas trata-se apenas de trechos de cidade. Somente o Centro Histórico de São Luís, conjunto coerente, coincide com a totalidade da cidade antiga.</p> |
| <p>iii) Indicações relativas à autenticidade do bem</p> | <p>Ainda que o século XX tenha deixado algumas marcas no traçado urbano (ampliação da Rua do Egito) e na arquitetura, elas não alteraram sensivelmente o aspecto oitocentista da arquitetura nem o traçado urbano do século XVII. As desfigurações da arquitetura são, na maioria dos casos, superficiais e a volumetria, com raras exceções, foi conservada. Dois imóveis estão fora do gabarito. Mas o conjunto está triplamente protegido:</p> <ul style="list-style-type: none"> - protegido da evolução "haussmaniana" e eclética pela súbita decadência da cidade de São Luís que perdeu em |

| | |
|--|---|
| | <p>alguns anos sua posição de quarta cidade do Brasil (depois do Rio, de Salvador e Recife);</p> <ul style="list-style-type: none"> - protegido da retomada recente da atividade econômica por projetos de ordenamento urbanos (ponte sobre o rio Anil, ponte-barragem sobre o Bacanga, anel viário) que precederam essa retomada e colocaram fora do circuito o Centro Histórico; - protegido, enfim, por sua situação de promontório sobre o mar entre dois rios e pela existência de uma zona tampão constituída pelo restante da área protegida pela legislação estadual do patrimônio. |
| <p>5. Justificativa da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (continuação)</p> <p>b) Bem natural</p> <p>i) Motivos pelos quais o bem é considerado como respondendo a um ou a vários critérios para o patrimônio natural, com, se for o caso, uma avaliação comparativa com bens do mesmo tipo.</p> <p>ii) Avaliação do estado atual de conservação do bem em relação a bens similares situados em outros lugares</p> <p>iii) Indicações relativas à integridade do bem</p> | |

Assinatura (em nome do Estado-parte): _____

Nome e sobrenome: _____

Título: _____

Data: _____

AUTORIZAÇÃO

1. Eu, abaixo assinado LUIZ PHELIPE DE C.C. ANDRÈS

Cedo gratuitamente à UNESCO durante toda a duração legal da propriedade literária, o direito não exclusivo de reproduzir e utilizar no mundo inteiro em conformidade com as disposições do parágrafo 2 da presente autorização a(s) fotografia(s) e/ou diapositivo(s) descrita(s) no parágrafo 4.

2. Estou ciente de que a(s) fotografia(s) e/ou diapositivo(s) descrito(s) no parágrafo 4 da presente autorização será (serão) utilizada(s) pela UNESCO para divulgar informações sobre os sítios protegidos a título da Convenção do Patrimônio Mundial de acordo com as seguintes modalidades:

a) publicações da UNESCO;

b) co-edições com editoras privadas para publicações sobre o patrimônio mundial, ou publicações elaboradas em cooperação com a UNESCO e para as quais um percentual dos lucros será destinado ao Fundo do Patrimônio Mundial;

c) cartões postais – vendidos em locais dos sítios protegidos a título da Convenção do Patrimônio Mundial por intermédio dos serviços dos parques nacionais (eventuais lucros serão divididos entre os serviços em questão e o Fundo do Patrimônio Mundial);

d) séries de diapositivos – vendidos em escolas, bibliotecas ou outras instituições e eventualmente nos locais do sítio (eventuais lucros serão destinados ao Fundo do Patrimônio Mundial);

e) exposições etc.

3. Estou igualmente ciente de conservar a liberdade de ceder os mesmos direitos a qualquer outro eventual usuário.

4. A(s) fotografia(s) e/ou diapositivo(s) para a qual (as quais) a autorização é dada, é (são) a(s) seguinte(s): (Favor descrever as fotos e indicar para cada uma a legenda completa, bem como o ano de produção, ou, caso tenha sido publicada, o ano da primeira publicação. Se necessário, utilizar folhas suplementares).

5. Toda fotografia e/ou diapositivo trará os créditos requeridos. O direito moral do fotógrafo será devidamente respeitado. Favor indicar o intitulado exato a ser mencionado para o crédito fotográfico.

6. Declaro e atesto estar devidamente habilitado para acordar os direitos visados no parágrafo 1 da presente autorização.

7. Comprometo-me a indenizar a UNESCO e isentá-la de toda responsabilidade para qualquer dano resultante de qualquer violação da garantia mencionada no parágrafo 6 da presente autorização.

8. Qualquer contestação ou litígio que venha a surgir no exercício dos direitos acordados à UNESCO será resolvido amigavelmente. O recurso aos tribunais ou à arbitragem está excluído.

Feito em **SÃO LUIS** no dia 18 de março de 1997

Assinatura, título ou função da pessoa devidamente autorizada

COORDENADOR DO PATRIMONIO CULTURAL DA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO MARANHAO

LUIZ PHELIPE DE CARVALHO CASTRO ANDRÈS

ANEXO 8:

O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

A - CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DO CENTRO HISTÓRICO

1 - Dados topográficos

O Golfão Maranhense, que reúne as baías de São Marcos e de São José assim como a ilha de São Luís, constitui o melhor porto natural da costa norte do Brasil.

A cidade de São Luís, que ocupa a parte oeste da ilha, foi fundada e se desenvolveu no alto de um tabuleiro, com altura de 20 a 30 metros, de forma irregular, estende-se entre os rios Anil e Bacanga.

Esses dois rios curtos (alguns poucos quilômetros cada um) e largos (cerca de 500 metros na embocadura), submetidos à influência das marés, aqui particularmente fortes (diferença de sete metros, uma das mais fortes do mundo), transformam-se periodicamente em braço de mar, inundando até as margens de seus pequenos afluentes. Nessas áreas sujeitas à inundações, desenvolveram-se mangues, elemento que domina a paisagem, reserva natural que conviria proteger.

Outrora o promontório no qual foi edificada a “fortaleza” dava diretamente para o mar. Com o passar dos tempos, foram feitos sucessivos aterramentos, e construídas uma avenida em cornija (Avenida Beira-Mar), e os cais da praia Grande no rio Bacanga e da Sagração no rio Anil.

Até recentemente, apenas o bairro da Praia Grande, no qual foi construído um porto no final do século XVIII, encontrava-se na parte baixa. As outras partes baixas, ocupadas pelos mangues ou submetidas à frequentes inundações, permaneciam desocupadas. Por ocasião da construção, em 1970-1979, do anel viário, o traçado escolhido para evitar desapropriações custosas, atravessa mangues que foram drenados e que agora são habitados. A partir dos anos 20, a cidade se estendeu ao longo do Caminho Grande.

2 - Dados históricos

Em 1612, os franceses edificaram uma fortaleza na extremidade abrupta do promontório, de onde se descortina uma vista maravilhosa do oceano e as duas largas embocaduras dos rios Anil e Bacanga. Essa fortaleza, conservada pelos portugueses

quando conquistaram a cidade, em 1615, foi reformada várias vezes nos séculos XVII, XVIII e XIX e conserva até hoje características de um belo palácio neoclássico (Palácio dos Leões), sede do governo do Estado.

Em 1615, uma vez expulsos os franceses, o engenheiro chefe do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, vindo para consolidar as fortificações de São Luís, traçou os planos da cidade e deixou uma casa "como modelo para as que viriam a ser construídas". Seu plano era tão sólido que hoje ainda estrutura toda a cidade antiga. Fundada na regularidade geométrica de uma dezena de ruas, ele é o oposto do plano quase medieval, de ruas tortuosas, que se adapta às diferenças de terreno, adotado pelos portugueses para a Bahia, Olinda ou o Rio. Somam-se uma dezena de ruas, caminhos, os mesmos que acompanharam o crescimento da cidade, que seguem em direção às fontes ou capelas ainda isoladas.

No tempo em que São Luís foi reconquistada, os portugueses fundaram Belém do Pará, na embocadura do Amazonas. Em 1621, considerando as distâncias e o fato de São Luís ser mais próxima de Lisboa do que da Bahia, o rei da Espanha (então reinando sobre Portugal) decidiu dividir a administração do atual Brasil em dois estados: o Estado do Brasil propriamente dito, cujo vice-rei residia na Bahia e o Estado do Maranhão e do Grão Pará que conheceu fortunas diversas, cuja capital foi alternadamente São Luís e Belém, o que se estendeu até 1774. Somente então o Maranhão se tornou uma capitania do Brasil. Essa longa independência e o contato direto com Lisboa explicam a originalidade de São Luís.

Cidade essencialmente de defesa, com frágil comércio, São Luís desenvolveu-se muito lentamente. Foi apenas, a partir de 1750, com as reformas empreendidas pelo marques de Pombal que se reorganizou o Estado do Maranhão e Grão Pará, que se criou a Companhia de Comércio, se devolveu a liberdade aos índios e se importou mão de obra escrava africana, e que São Luís se desenvolveu. A produção de algodão, que era de 651 arrobas (sacos de 60 kg) em 1760, passou para 25.437 arrobas em 1771, a uma média de 296.000 arrobas em 1805-1812, para atingir 402.000 arrobas, em 1808.

Foi então que começaram os primeiros trabalhos de ordenamento da cidade. O mais importante foi, sem dúvida, o da Praia Grande. Essa praia, que servia de ancoradouro para os barcos, foi transformada em porto, com um cais. Atrás do cais e do mercado coberto (Feira da Praia Grande) um Largo do Comércio veio lembrar a gloriosa Praça do Comércio de Lisboa, que lhe fazia frente, do outro lado do oceano. Além disso, o Palácio dos Leões, sede do governo geral, no local da fortaleza fundada pelos franceses foi várias vezes reformado e embelezado. Em 1784, o governador José Teles da Silva começou o aterro da Praia Grande, que se tornou um verdadeiro porto. O final dos trabalhos da Praia Grande foi marcado, em 1805, pela inauguração do mercado coberto, a Feira da Praia Grande ou Casa das Tulhas, cuja restauração, em 1981, inaugurará o Programa de Preservação de São Luís.

Em 1822, ano da independência do Brasil, sob a administração do último governador e capitão-geral, a cidade foi completamente restaurada, as ruas pavimentadas, o largo do Palácio transformado em Passeio Público. A cidade tem, à época, 19.611 habitantes, duas paróquias (Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora da Conceição), um teatro, uma Imprensa Nacional. Em 1841, inicia-se a construção do Cais da Sagração, na margem esquerda do rio Anil, que completa o porto da Praia Grande, no rio Bacanga.

Tanto o plano de 1844 quanto o de 1855 mostram que a zona urbanizada, que continua seguindo o plano de 1615, está limitada a leste por uma linha norte-sul formada, a partir da Ponta do Romeu (hoje Largo dos Amores), pelas ruas dos Remédios e do Passeio que, na época não ultrapassava a Rua das Cajazeiras, onde se encontrava o cemitério (atualmente Hospital Djalma Marques).

A decadência econômica começou na segunda metade do século XIX. Seus efeitos, porém, não foram imediatos. São Luís foi a primeira cidade do Norte do país a dispor de bondes (inicialmente de tração animal), de uma companhia de águas (1871), de iluminação pública a gás (1863) e de uma companhia telefônica (1890: 200 telefones). A partir de 1875, uma tentativa de industrialização se traduziu pela criação de uma dezena de usinas têxteis. Todavia, a abolição da escravidão, em 1888, foi um golpe na economia com base na escravatura.

O plano de 1912 mostra a estagnação da cidade. A área urbanizada é praticamente a mesma de 1844. A única expansão fica no entorno do prolongamento da Rua do Passeio, depois da Rua das Cajazeiras, o cemitério tendo sido transferido mais ao sul, próximo ao rio Bacanga.

Em 1920, a cidade ocupava o mesmo espaço que em 1844. A população continuava a crescer apesar de tudo, por que aumentava em todo o Brasil. Inicialmente no prolongamento da Rua Grande, na direção do que hoje é a Praça Deodoro (com a Biblioteca), que vai substituir a Praça do Quartel e o Campo de Ourique. Essa expansão se faz segundo a regra ortogonal da velha São Luís, prolongando as ruas já existentes e a arquitetura das novas construções misturava alegremente, conservando a volumetria antiga, os estilos neoclássicos, neocolonial, *art-nouveau* e *art-deco*. Essa expansão não se dá sem destruições: a Igreja de Sant'Aninha, próxima ao prolongamento da Rua do Sol e na esquina da Rua São Pantaleão, e a da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, substituída por um prédio de 12 andares.

Nos anos 40, a preocupação de facilitar o trânsito de automóveis representou a principal ameaça para o Centro Histórico. A Rua do Egito foi alargada e a Avenida Magalhães de Almeida foi aberta para unir o Largo do Carmo à Praça do Mercado, o

que acarretou a derrubada de numerosas casas antigas e de uma parte do Convento do Carmo.

Nos anos 60, três imóveis fora de gabarito (8 e 12 andares) foram construídos; um na esquina da Rua Grande e da Rua São Pantaleão; o segundo, na esquina do Largo do Carmo e da nova Rua do Egito alargada; e o terceiro na Praça Pedro II, que é o de melhor qualidade arquitetônica, mas, que, infelizmente, rompeu equilíbrio do sítio de fundação da cidade e onde se encontram o Palácio dos Leões, o Palácio La Ravardière (Prefeitura), a Catedral, o antigo Colégio dos Jesuítas e dois belos imóveis tombados.

Nos anos 70, o bairro da Praia Grande foi pouco a pouco esvaziado de suas atividades. O desenvolvimento de novos meios de transportes (estrada de ferro e rodovias) diminuiu a importância das atividades fluviais e, por conseguinte, do porto da Praia Grande. Os sobrados transformaram-se em cortiços e alguns imóveis desmoronaram.

A pobreza de São Luís, que havia evitado uma transformação inspirada nas obras de Haussmann no final do século XIX e a invasão da arquitetura eclética, igualmente evitou a brutal renovação urbana que fez tantos estragos nos anos 60. O alargamento da Rua do Egito e a construção do prédio de 12 andares na Praça D. Pedro II foram os maiores impactos que o Centro Histórico sofreu, além dos danos provocados pela pobreza.

3. Dados urbanos

O conjunto das áreas tombadas, que corresponde à versão ampla do Centro Histórico tem 220 hectares, agrupando mais de 3.500 imóveis. Esse número deve ser comparado ao número dos imóveis construídos com materiais duráveis no início do século XIX: 1.553 casas “sólidas”, em 1808; 2.764, em 1856.

A versão proposta para a Lista do Patrimônio Mundial, que corresponde a uma versão *stricto sensu* do Centro Histórico se estende sobre 79 hectares.

O Centro de São Luís possui um tecido compacto e regular, com casas dispostas de modo contínuo, formando um alinhamento ininterrupto nas calçadas, segundo uma rede ortogonal. Pequenas modificações na direção e largura nas ruas, alguns espaços abertos conferem à paisagem urbana um ritmo particular. As ladeiras que ligam o planalto à parte baixa (Praia Grande) seguem o traçado ortogonal, e quando muito inclinadas são transformadas em escadarias com largos degraus em pedra de lioz.

As dimensões do Centro, que pode ser facilmente percorrido a pé (o maior comprimento de seus eixos não ultrapassa um quilometro), o traçado ortogonal das ruas estreitas (de 7 a 10 metros), a relativa modéstia das ilhas (quadras de 80m x 80m

aproximadamente), a pouca altura da maioria dos imóveis contribuem para dar a esses bairros uma escala humana e íntima, onde o ritmo estabelecido pela altura variada dos telhados, pela topografia e pela simetria das fachadas cria uma grande harmonia.

4. Dados arquitetônicos

A partir do último quarto do século XVIII, as casas até então construídas com materiais precários (taipas, palha) são pouco a pouco substituídas por casas construídas em alvenaria, cuja argamassa é ligada com cal de sarnambi e óleo de peixe. As mais belas moradias têm sua estrutura (pilares, enquadramento das portas e janelas) em calcário (lloz) importado de Portugal.

Toda essa arquitetura tem inspiração portuguesa: forma das cornijas, utilização das telhas, telhados com telhas canal, balcões. Contudo, essa arquitetura portuguesa foi objeto de sutil releitura para permitir sua adaptação aos rigores do clima equatorial, e é aí que reside a originalidade de São Luís. Em uma região onde a menor brisa é bem-vinda, tudo parece ter sido concebido para assegurar a ventilação das casas: o pé-direito sempre alto, atingindo algumas vezes cinco metros; os telhados em "espinha de peixe" que deixam o ar circular; as cancelas, grades que substituem as portas e, sobretudo, as varandas e os mirantes.

As varandas no fundo das casas, em madeira, frequentemente profundas (são verdadeiras peças em vez de corredores) com cerca de três metros, equipadas com um tipo de persianas vazadas, com painéis móveis de madeira (avarandadas de rótula), que permitem regular a luz e a aeração.

Os mirantes, provavelmente herança das sentinelas medievais, são peças quadradas abertas de todos os lados no topo dos telhados. Criam uma corrente de ar no centro da casa, e são eles próprios peças muito agradáveis.

Para lutar contra o grande inimigo que é a umidade equatorial, que ataca sem trégua os revestimentos externos das paredes, os moradores de São Luís tiveram a ideia, pois tudo leva a crer que foram eles os primeiros a ornar com azulejos a fachada de suas casas.

O azulejo, este belo quadrado em faiança pintado, reservado até então à decoração interna, se revelou um admirável isolante térmico e um eficaz protetor contra a umidade. O exemplo foi rapidamente copiado pelos moradores das cidades do Porto e de Lisboa, mas foi em São Luís e na capital vizinha da Amazônia, Belém do Para, que essa utilização dos azulejos é a mais lógica.

As residências edificadas em lotes estreitos e longos têm frequentemente uma planta em L, com um corpo principal na fachada e um corredor-cozinha ladeando um

pátio interno. É sobre esse corredor, que nos sobrados se encontra a varanda. Distinguem-se três tipos de residências.

Os solares são grandes residências ou mansões particulares dos ricos comerciantes enobrecidos de São Luís. Um dos exemplares mais belos, é o dos Leite, na Rua Formosa, que data do final do século XVIII. A decoração, em pedra de cantaria esculpida, da fachada, das janelas, do frontão esculpido, os longos balcões em ferro fundido, combinam elementos barrocos (balcões curvos) e neoclássicos (frontão triangular). No interior, um grande vestíbulo, com o chão revestido de calhau negro e calcário branco, formando desenhos e uma escadaria que conduz ao primeiro andar onde vive a família. O térreo sendo destinado ao abrigo das carroças e às dependências.

Os sobrados são casas com andares. Geralmente um, às vezes dois, e mesmo raramente três ou quatro andares, sem contar o mirante. Encontramos, em versão menos suntuosa, toda a decoração arquitetônica do solar. Vários possuem nos fundos, reservadas à intimidade da família, varandas. Muitos, igualmente, possuem mirantes. O térreo era reservado às atividades comerciais, o andar ou os andares sendo o domínio familiar.

Enfim, e não menos original na arquitetura de São Luís é a disposição dos cômodos nas casas térreas que é praticamente estandardizada, com a consequente padronização das fachadas. A tal ponto que é habitual definir as casas pelo número de portas e de janelas: a morada inteira, com uma porta central e duas janelas de cada lado; a meio morada, com uma porta de duas janelas e a mais modesta, a porta e janela.

B - DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

O Centro Histórico de São Luís é objeto de dupla proteção, federal (60 hectares) e estadual (160 hectares). Dois tipos de critérios permitem determinar a parte do Centro que poderia ser proposta como Patrimônio Mundial da Humanidade.

1 - Critérios de ordem arquitetônica:

A grande maioria das edificações do Centro Histórico é do século XIX, com alguns raros edifícios do final do século XVIII. É possível que alguns entre eles sejam de origem mais antigas, mas foram sensivelmente modificados depois.

O conjunto mais homogêneo, com predomínio tradicional (português ou colonial) e neoclássico, corresponde à área federal protegida, o bairro de Desterro

apresentando algumas alterações próximas ao Portinho. Trata-se de uma área relativamente pouco extensa (60 hectares) onde se encontra a maioria dos sobrados da primeira metade do século XIX. Contudo, ela corresponde apenas a uma parte da cidade antiga, comporta alguns edifícios que perderam seu caráter e deixa de lado alguns belos exemplos de arquitetura civil, situadas na área estadual.

A área estadual tombada, que possui alguns dos exemplos da arquitetura do século XIX, é bem menos homogênea que a área federal tombada.

2 - Critérios de ordem urbanística

A permanência do traçado urbano, de sua textura e volumetria é, sem dúvida, um dos principais elementos da originalidade de São Luís. O documento mais antigo disponível é o plano de 1640, que revela o plano elaborado em 1615 por Francisco Frias de Mesquita, engenheiro chefe do Brasil. O desenvolvimento da cidade até 1850 foi feito segundo esse plano de caráter geometrizar.

A escolha do critério urbano para a delimitação da área "patrimônio mundial" permite seguir mais fielmente este plano inicial, interpretando as curvas de nível, os caminhos transformados em ruas ainda existentes e as pequenas zonas intermediárias inseparáveis do conjunto: tal como a Fonte do Ribeirão para qual conduzem caminhos em declive indicados no plano de 1640. A área assim definida inclui todo o entorno da fortaleza onde foram sucessivamente edificadas a fortaleza francesa e, no seu local, o Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado. Esse entorno (Avenida Beira-Mar), mereceria escavações arqueológicas para conhecê-lo melhor, mas de todo modo o limite natural da fortaleza foi sempre marcado pelo rio Anil e pelo oceano.

A área assim delimitada corresponde à totalidade da área federal tombada (60 hectares) aumentada de uma parte (19 hectares) dos 160 hectares da área estadual tombada. Ela é, portanto, um pouco maior do que a área que decorreria de critérios arquitetônicos apenas e comporta, portanto, mais imóveis que perderam seu caráter antigo. Mas muitas dessas modificações são superficiais e podem ser corrigidas. E o conjunto guarda notável unidade volumétrica.

A qualidade do traçado urbano, sua fidelidade ao plano inicial, o fato que, independentemente da beleza e do encanto das construções do Centro Histórico, é o caráter excepcional do conjunto urbano que ele apresenta que justifica sua proposição como "patrimônio mundial", escolheu-se propor a área delimitada segundo os critérios de ordem urbanística, que coincide, aliás, exatamente com o Centro Histórico *stricto sensu*: a cidade nos limites que eram os seus até meados do século XIX. Note-se que o restante da área estadual tombada (141 hectares) que engloba a totalidade do Centro

Histórico assim definido, constitui a melhor zona tampão imaginável, pois ela mesma é tombada e, portanto, protegida.

DOSSIÊ SÃO LUÍS, MARANHÃO, BRASIL

ANEXO 9

**PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

1 - ORIGENS DO PROGRAMA

Até 1966, a proteção do patrimônio no Brasil dependia unicamente da ação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. Sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de Lucio Costa (o arquiteto de Brasília), de Carlos Drummond de Andrade, o SPHAN realizou um trabalho admirável de inventário, de proteção e de restauração. Contudo, em um país tão grande quanto o Brasil, com dificuldades de comunicação durante muito tempo (o Maranhão está a 3.000 km do Rio, bem mais distante que Paris-Moscú), o trabalho do SPHAN se concentrou inicialmente no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, Salvador, Olinda e Recife. Além disso, a pressão urbana, entre 1937-1960, não se exercia ainda com a força que passou então a ter, e arquitetos, historiadores e engenheiros do SPHAN durante bastante tempo se especializaram em restauração de monumentos. Entre 1940 e 1963, oito monumentos situados em São Luís foram tombados.

1966 - 1973: tomada de consciência da dimensão urbana do patrimônio

As missões de dois enviados da UNESCO, Michel Parent, em 1966, e Viana de Lima, em 1973, se não produziram efeitos imediatos, serviram para ajudar o Brasil (tanto as autoridades federais quanto as do Estado do Maranhão) a tomar consciência da dimensão urbana do patrimônio.

Por outro lado, constatou-se que o patrimônio não podia ser defendido unicamente pelo SPHAN, a partir do Rio de Janeiro e de Brasília, que o patrimônio devia ser também uma questão dos habitantes e das autoridades locais. Em 1996, a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão enviou ao Governo do Estado um relatório sobre as "Medidas urgentes de proteção ao patrimônio arquitetônico de São Luís".

Entre 1940-1960, haviam sido feitas tentativas para modernizar o centro de São Luís. Elas foram rapidamente abandonadas e, em 1970, a abertura da ponte-barragem sobre o rio Bacanga e a ponte sobre o rio Anil romperam o isolamento da cidade e permitiram ao dinamismo urbano renascente de exercitar-se do outro lado desses rios,

especialmente do rio Anil (bairros São Francisco e Olho d'Água, mais próximo das praias). Em 1972, começaram os trabalhos (concluídos em 1979) do Anel Rodoviário, que contorna as zonas hoje tombadas e atravessa uma área de mangue, aterrada desde então e em vias de urbanização.

1973-1979 - Programa integrado de reconstruções das cidades históricas do Nordeste

Temerosa que o súbito desenvolvimento econômico que ocorria no Brasil destruísse as mais belas cidades do Nordeste, e desejando assegurar as bases de um desenvolvimento turístico, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República organizou o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Esse programa permitiu a restauração em São Luís de um sobrado revestido de azulejos azuis (Praia Grande, hoje sede da Secretaria de Cultura), do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, da Secretaria de Finanças e do Arquivo Estadual.

Em 11 de março de 1973 (Decreto nº 5.069), o Estado criava o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão. Em 15 de abril de 1974, o SPHAN tombava os bairros da Praia Grande, do Desterro e Ribeirão, correspondendo à parte mais antiga da cidade: 60 hectares e mil imóveis. Em 1975, a Fundação Cultural do Maranhão e a Secretaria de Planejamento de Estado publicaram o Programa Plurianual de Valorização do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. E, no mesmo ano, pela primeira vez, o Plano Diretor de São Luís, elaborado pelo arquiteto Olaf Prochnik, comportava um capítulo intitulado Patrimônio Arquitetônico.

De sua parte, pesquisadores começavam a estudar a cidade. Dora Alcântara, que, desde 1958 estudava a arquitetura e os azulejos de São Luís, começou a redigir sua tese *Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão*, que só seria publicada em 1980. Em 1976, os historiadores Ulisses e Virginia Pernambucano de Mello redigiram um relatório sobre o "Sitio do Físico", primeiro esboço de estabelecimento industrial no Maranhão. No mesmo ano, alunos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará vieram fazer o levantamento de diversos edifícios do centro. Em 1977, o arquiteto americano John Gisiger, apaixonou-se por São Luís, e, sozinho, elaborou um projeto de restauração. Ao mesmo tempo, o jovem engenheiro, Luiz Phelipe Andres, funcionário da Central Elétrica do Maranhão, organizou a publicação (1979) *Monumentos Históricas do Maranhão*, financiada por um conjunto de empresas.

1979: Projeto Praia Grande

No início de 1979, a chegada ao poder de novo governador, a nomeação como chefe do SPHAN de Aloísio Magalhães, segunda figura tutelar do SPHAN (após seu

fundador, Rodrigo Melo Franco de Andrade), a qualidade do projeto de John Gisiger iria canalizar grande interesse pelo patrimônio de São Luís e permitir, em alguns meses, convocar em São Luís uma reunião de todos os especialistas brasileiros em Patrimônio para analisar a proposta de John Gisiger, adotar um Plano de Preservação, fixar determinado número de objetivos e imperativos (ligar restauração e problemas habitacionais) e escolher o bairro de Praia Grande como ponto de partida da operação.

2 - OBJETIVOS DO PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO

Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e o meio ambiente urbano do Centro Histórico, reintegrando-o na dinâmica social e econômica da cidade, colocando-o em condições que permitam a manutenção de seu uso residencial.

I - Restauração do patrimônio artístico e arquitetônico

A qualidade e o estado de conservação variam bastante de um imóvel para outro.

Principais edifícios: a restauração e a conservação dos monumentos mais notáveis por seu valor de referência cultural, qualidade arquitetônica (palácios, sobrados) ou seu caráter religioso (igrejas, conventos) exigem cuidados bem particulares e isso por serem frequentemente (sobrados transformados em cortiços) os mais ameaçados. A beleza e o caráter histórico desses momentos fazem deles importante elemento para o desenvolvimento do turismo cultural.

Edifícios públicos: o Centro Histórico abriga as funções vitais da capital do Maranhão. Da mesma forma, numerosas administrações federais, estaduais e municipais estão instaladas em antigos sobrados. Alguns necessitam de intervenções urgentes capazes de assegurar sua preservação. Intervenções mais fáceis na medida em que não necessitam nem de desapropriação nem de realojamento e que permitem ao Estado dar o exemplo.

Equipamentos urbanos: uma primeira leitura dos documentos fotográficos, mostrando São Luís no final de século XIX, revela uma cidade surpreendentemente arborizada, com equipamentos urbanos sofisticados. Praças e jardins limpos e bem cuidados ofereciam aos habitantes da época um meio urbano confortável. Durante nosso século, inúmeros desses espaços foram mutilados e hoje se observa, no Centro Histórico, falta de espaços verdes abertos à frequência pública. Aqueles que subsistem estão em mau estado de conservação. A recuperação de praças e jardins, sua integração ao conjunto arquitetônico, oferecendo dessa forma uma alternativa de lazer, é um dos objetivos do Plano.

Recuperação da arquitetura industrial: as antigas usinas têxteis de São Luís construídas no apogeu da economia algodoeira do Estado constituem testemunhos preciosos da arquitetura industrial de meados do século XIX. Elas oferecem elementos arquitetônicos de grande beleza (estruturas das coberturas, revestimentos das fachadas em azulejos, aberturas em arcos, componentes estruturais metálicos) assim como espaços internos amplos, permitindo sua reutilização. No bairro Madre de Deus (zona estadual tombada) existem duas. A recuperação dessas usinas e a adaptação de suas instalações às necessidades da comunidade atual é a única maneira de garantir sua preservação e de transformá-las em instrumentos da revitalização do bairro onde se encontram.

2 - Promoção social e habitação

A questão habitacional constitui, como no restante do país, um dos mais graves problemas sociais da região metropolitana da ilha de São Luís. O déficit atual atinge cerca de 200.000 pessoas, que moram na periferia em condições desumanas. Hoje, o Centro Histórico abriga inúmeras unidades habitacionais de diferentes níveis socioeconômicos: residências de classe média alta, residências unifamiliares de classe média baixa, cortiços, grandes sobrados ocupados em regime multifamiliar em péssimas condições de habitabilidade, em precárias condições de segurança, higiene e espaço vital. A restauração desses sobrados, feita com a vontade de neles manter seus atuais moradores, oferece uma rara oportunidade de conjugar soluções necessárias para a preservação de um rico patrimônio arquitetônico urbano com as que permitem a um número relativamente importante de trabalhadores de morar próximo ao seu local de trabalho.

Para tanto é necessário:

- intensificar as atividades de assistência e de promoção sociais e priorizar as ações de criação de emprego e de fontes de renda;
- apoiar a instalação de centros de aprendizagem;
- contribuir para a intensificação dos movimentos associativos e o reforço de organismos profissionais, de modo a garantir a efetiva participação da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.

3 - Recuperação da infraestrutura e dos serviços públicos

O tratamento que se pretende dar ao Centro Histórico envolve, natural e obrigatoriamente, toda a problemática urbana, independentemente de seu caráter

histórico, na medida em que todas as funções vitais da capital maranhense encontram-se localizadas no Centro. Também são consideradas prioritárias:

- o as questões relativas ao sistemas viário (revestimento, tratamento das calçadas, iluminação, sinalização, estacionamento, limpeza);
- o adaptação das redes de serviços: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone.

4 - Atividades econômicas

Comércio varejista: promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente dos produtos alimentares regionais, do artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.

Revitalização das atividades portuárias: São Luís nasceu do mar. Convém revitalizar as funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico ligadas à pesca artesanal e ao transporte marítimo de passageiros e de frete. Em 300 anos, toda estrutura logística, um processo particular de ocupação do solo e de estabelecimento urbano se desenvolveu em torno das atividades portuárias: comércio, artesões, ateliês, frigoríficos, mercados e até mesmo uma zona de prostituição. Marinheiros, empregados das docas, carregadores, transportadores, comerciantes estáveis, feirantes, ambulantes, pescadores, remadores e suas famílias são os personagens centrais da vida de boa parte do Centro. A ligação da capital com as cidades do interior do Estado e a pesca artesanal são funções econômicas importantes, tanto para a população de baixa renda do interior quanto para a comunidade residente no Centro. A revitalização das atividades portuárias no processo de recuperação do patrimônio cultural da capital do Maranhão é fundamental como fator de criação de emprego e de recursos.

Atividades culturais: estimular as manifestações culturais e pedagógicas, estabelecendo centros culturais e de criatividade reforçando as instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e à difusão cultural e apoiando as manifestações artísticas das pessoas ou dos grupos comunitários instalados no centro.

Promoção do turismo cultural: as atividades turísticas ao criar empregos e recursos, contribuem de maneira evidente para a revitalização econômica do Centro e para a preservação do patrimônio cultural. Esse subprograma tende a direcionar uma parte dos investimentos exclusivamente para a utilização do potencial turístico do patrimônio arquitetônico.

5 - Os meios

Para realizar tal programa é preciso dispor de uma estrutura ao mesmo tempo flexível e sólida que garanta um processo permanente de avaliação crítica do Programa e que assegure a inclusão nos planos em constante atualização do governo do Estado e da Prefeitura dos temas relativos à restauração e a conservação dos bens culturais.

Gestão, planejamento e administração: a gestão de um programa dessa natureza, implicando atividades multidisciplinares e especializadas, reagrupando a ação de organismos e de instituições dos três níveis do governo (federal, estadual e municipal), reunindo em ações comuns representantes das classes profissionais do setor privado e da população residente, precisa dispor de uma unidade de execução e de acompanhamento capaz de resolver plenamente as dificuldades naturais de tal empreendimento. Além disso, todas as ações empreendidas devem seguir rigoroso processo de planejamento e de administração. Trata-se de garantir as condições institucionais e o apoio logístico para o grupo técnico encarregado da sua implantação.

Busca de parcerias, captação de recursos e ajudas das empresas privadas: é somente com a participação ativa e permanente do setor privado que se podem conceber propostas para a preservação de um centro histórico com as dimensões, a complexidade e diversidade do de São Luís.

Pesquisa e documentação: todas as atividades integrando esse Programa dependem, no final das contas, dos trabalhos de pesquisa e de documentação sobre o Centro Histórico, na busca de dados confiáveis sobre sua história e evolução social, econômica, política e cultural. Por outro lado, é necessário identificar, catalogar e manter o arquivamento de todas as informações e documentos essenciais para a correta orientação e interpretação das questões técnicas, financeiras, políticas e administrativas.

Edição e divulgação: frequentemente a ausência de participação da comunidade é devida à falta de divulgação das ações empreendidas e dos projetos nos quais ela deveria participar como principal interessada. Para paliar as deficiências de divulgação, propõe-se publicar periodicamente as principais propostas e planos, assim como os resultados dos estudos e das pesquisas tornando-os, dessa forma, acessíveis à comunidade. Ao mesmo tempo, a divulgação nacional e internacional será um fator decisivo para a intensificação das atividades turísticas.

3 - O PROGRAMA DE 1979 - 1997

• Primeira etapa 1979 - 1982: Projeto Praia Grande

Devido às dimensões do Centro Histórico (250 hectares, 3.500 imóveis) e à inexistência de recursos para o tratamento imediato do conjunto como um todo, a zona de Praia Grande *stricto sensu* (Praça do Comércio, Feira Grande e vizinhança imediata) foi escolhida como sendo a que, por seu significado e suas tradições, representa sob todos os aspectos as características marcantes do Centro Histórico. Nessa área desenvolvem-se atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais, e ela possui também a Feira da Praia Grande, serviços administrativos, ruelas e escadarias, ruas calçadas de pé de moleque, pedras de cantaria, tipos populares como o mascate, o vendedor ambulante, o vendedor de loteria, o feirante, o vendedor de bilhetes, o engraxate, o carroceiro com seu jumento. Uma rica história merecedora de atenção e de estudos.

Em outubro de 1979, por orientação de Aloísio Magalhães, presidente do SPHAN e que em breve seria nomeado secretário federal da Cultura, o governador do Maranhão convocou a Convenção Nacional da Praia Grande, reunindo os melhores especialistas brasileiros em Patrimônio, para estudar o projeto de preservação e restauração da Praia Grande proposto pelo arquiteto americano John Gisiger. Os participantes da Convenção recomendaram a criação de uma comissão de coordenação dos projetos e de um grupo de trabalho executivo, que foram criados pelo Decreto Estadual nº 7.435 de 16 de novembro de 1979, no âmbito da SEPLAN. Por seu lado, o SPHAN instalou em São Luís, no início de 1980, a 2ª Direção Regional (hoje 3ª Coordenadoria Regional), responsável pelos tombamentos federais no Maranhão, Piauí e Ceará.

Em junho de 1980, foi oficialmente constituído o grupo de trabalho do Projeto Praia Grande (hoje Departamento de Projetos Especiais), sob a direção do arquiteto Ronald de Almeida Silva, do engenheiro Luis Phelipe Andres e do arquiteto John Gisiger, que contava, também, com representantes do Estado, da Prefeitura e da Universidade Federal do Maranhão. Após 18 meses de estudos preparatórios, em agosto de 1980, o Programa de obras do Largo do Comércio (orçamento de um milhão de dólares) foi oficialmente lançado e os trabalhos de restauração tiveram início: restauração do mercado coberto (Feira da Praia Grande), da Praça do Comércio, do Albergue e do Beco da Prensa. Com os trabalhos da Praça da Praia Grande e os trabalhos de urbanização, o orçamento total se elevou a 2,5 milhões de dólares. Esses trabalhos foram permanentemente orientados pela Comissão de Coordenação do Projeto Praia

Grande e os projetos foram elaborados pelo Grupo de Trabalho. Os usuários, os comerciantes, os representantes da comunidade local, tais como o Sindicato do Comércio Varejista dos vendedores de São Luís, o Sindicatos dos Remadores e Contramestres, os sindicatos de outras categorias participaram ativamente na preparação e realização do Projeto. Reuniões e debates permitiram a consulta e a participação na elaboração dos projetos e na aprovação final das medidas e soluções adotadas.

•Segunda etapa: 1983 – 1987

Durante esse período os trabalhos foram interrompidos por falta de recursos. O que foi aproveitado pela equipe do Projeto Praia Grande para desenvolver intensa atividade de estudos e pesquisas:

- pesquisa socioeconômica sobre o Perfil da população residente no Centro Histórico;
- a equipe do Projeto Praia Grande encontrou, em 1982, 166 volumes dos *Livros da Câmara de São Luís* (arquivos, atas das reuniões do Conselho Municipal) dos séculos XVII, XVIII e XIX. A restauração, microfilmagem e transcrição de mais de 28.000 páginas foram feitas, o que permitiu constituir a mais importante fonte sobre os primórdios da cidade de São Luís;
- pesquisa *Embarcações do Maranhão*, (convênio Finep/Seplan), permitiu salvar técnicas tradicionais populares de construção naval artesanal do Maranhão;
- *Sítio do Físico* (convênio Finep/Seplan), para salvar o conjunto de ruínas do primeiro conjunto industrial do Maranhão, do final do século XVIII;
- estudos preparatórios para a restauração da usina Cânhamo, de sobrados da Praça do Comércio, da antiga Casa da Câmara.

As medidas de proteção do Centro Histórico são reforçadas. Por Decreto Estadual nº 10.089, de 6 de março de 1986, uma zona envoltória de 160 hectares completando a área tombada pelo SPHAN foi também tombada pelo Estado do Maranhão. No mesmo ano foi instituída uma Comissão do Patrimônio Histórico de São Luís composta pelos responsáveis da 2ª Diretoria Regional do SPHAN, do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão e da Secretaria Municipal de Urbanismo. Essa Comissão está encarregada de analisar e de coordenar os projetos de intervenção no Centro Histórico. Ainda nesse mesmo ano, a equipe do Projeto Praia Grande, aproveitando a experiência adquirida desde 1979, elabora o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, que

está na origem do presente documento. De seu lado, o arquiteto Olavo Pereira da Silva publica em seu livro *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão* o resultado de suas pesquisas.

No ano seguinte (1987), o governo do Estado publica um livro com o inventário dos *Bens tombados no Maranhão - Tombamentos estaduais*. Em agosto, o SPHAN começa o inventário sistemático de todos os imóveis situados no Centro Histórico, inventário que deve conferir bases sólidas aos projetos de restauração.

•Terceira etapa: 1987 - 1990 - Projeto Reviver

Corresponde à fase decisiva do Programa de Preservação.

A retomada dos investimentos (25 milhões de dólares) permitiu restaurar inteiramente o bairro da Praia Grande (107.000m²): 15 quadras, 200 imóveis.

a) Infraestrutura

- recuperação total da infraestrutura urbana, renovação da rede de água, esgoto e drenagem. Esses trabalhos permitiram a descoberta de galerias subterrâneas com mais de 200 anos;
- construção de novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefônica, o que permitiu a retirada de todos os postes elétricos, dos transformadores e de todos os fios elétricos que enfeavam as ruas. Instalação de um novo sistema de iluminação (postes em ferro fundido, luminárias desenhadas especialmente);
- urbanização das praças, jardins, ampliação das calçadas, recuperando as dimensões que aparecem na documentação fotográfica do século XIX. Restauração das ruelas e das escadarias que permitiam alcançar o alto do planalto. Ruas foram pavimentadas;
- criação de ruas de pedestres com estacionamentos periféricos próximos ao anel rodoviário, eliminando o tráfego intenso de veículos;
- instalação de um sistema de pontos de água reservado aos bombeiros.

b) 10.000 m² das edificações foram restauradas e completaram a restauração de 1979-1982: um conjunto de entrepostos comerciais abandonados foram transformados no **Centro de Criatividade Odylo Costa Filho** (2.300 m²), dotado de teatro (340 lugares), cinema (120 lugares), sala de dança, ateliê de artes plásticas, de cerâmica e de azulejos, laboratório fotográfico e de espaço para exposições. O partido adotado permitiu reagrupar os diversos imóveis em torno de um pátio central, que se tornou a entrada do bairro da Praia Grande.

No bairro vizinho do Desterro, tombado em âmbito federal, o **Convento das Mercês**: com 5.800 m² de assoalhos bastante estragados (o convento havia

sido transformado em quartel da Polícia Militar) foi totalmente restaurado. Nele foi instalada a Fundação da Memória Republicana destinada a receber os arquivos do presidente José Sarney (1985-1990), antigo governador do Maranhão. Numerosas atividades artísticas são aí realizadas.

No bairro Madre de Deus, tombada em âmbito federal, fora do patrimônio mundial, a **Usina Cãnhamo**, com 6.000 m², antiga usina têxtil, foi inteiramente restaurada e transformada em Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular (Ceprama). Essa obra traduz de maneira ideal a filosofia do programa: precioso exemplar de arquitetura industrial em estado arruinado e inacessível foi adquirido pelo governo do Estado (por troca de terrenos) e devolvido à comunidade como fonte de emprego e local de valorização da cultura popular.

•Quarta etapa: 1990 - 1994

A salvaguarda e a restauração do bairro da Praia Grande estão praticamente concluídas. Trata-se agora de estender ao conjunto do Centro a experiência adquirida. Em 1990, o Grupo de Trabalho do Projeto Praia Grande foi transformado em Departamento de Projetos Especiais.

No bairro da Praia Grande: o **Projeto Piloto Habitação** permitiu a completa restauração de um sobrado do Centro Histórico e sua adaptação para dez famílias que aí vivem em excelentes condições de segurança e higiene. No térreo foram instaladas duas lojas, para manter a tradição do uso misto residencial/comercial. Essa solução contribuiu para melhorar as condições de manutenção do imóvel restaurado e fortalecer os laços dos cidadãos com o espaço urbano.

No mesmo bairro, foi empreendida (com financiamento da Fundação Callouste Gulbenkian de Lisboa) a restauração da **pintura mural** do Sobrado da Praça do Comércio representando a praça de Lisboa. Foi assegurada a estabilização do **sobrado Lilah Lisboa**, único exemplo de fachada *art nouveau* no norte do Brasil e preparado o dossiê técnico para sua transformação em Escola de Música.

Na área federal tombada, o **Teatro Arthur Azevedo** (700 lugares), inaugurado em 1816 (o segundo do Brasil) foi objeto de profunda reforma que lhe devolveu sua configuração original, permitindo ao mesmo tempo a instalação de equipamentos modernos. Camarotes, três salas de ensaio, um ateliê cenográfico puderam ser acrescentados graças à aquisição de um imóvel vizinho.

Em um terreno da municipalidade de São Luís, a 8 km do centro, em um dos bairros mais povoados e mais pobres a antiga **usina têxtil do rio Anil**, a

maior da ilha (9.000 m²), adquirida pelo Estado, em 1990, foi transformada em Centro Integrado de Ensino (Cintra), que recebe 3.800 crianças.

- **Quinta etapa: a partir de 1995**

A qualidade do trabalho realizado, a partir de 1979, no Centro Histórico de São Luís suscitou o interesse de organismos de financiamento externos ao Estado do Maranhão, conferindo assim nova dimensão ao Plano de Preservação.

Em 1992, a experiência adquirida nos projetos Praia Grande e Reviver permitiu preparar um projeto para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - **Programa de ação para o desenvolvimento turístico do Nordeste (Prodetur)**. Os estudos preparatórios terminaram em 1996. O orçamento de 53 milhões de dólares (sendo que 44,9 milhões de dólares destinados à continuação da renovação das infraestruturas e redes técnicas do Centro Histórico), 60% devem ser financiados pelo BID e 40% pelo Estado do Maranhão.

Outro convênio com o BID, juntamente com o IPHAN federal, deve permitir ao Maranhão participar do programa de **Preservação do Patrimônio Cultural Urbano** (dez projetos, um montante global de 100 milhões de dólares). O projeto submetido por São Luís, consagrado à habitação social, é uma retomada, sobre bases mais ambiciosas, do projeto piloto "habitação" de 1989. O projeto deve permitir às famílias de baixa renda continuar a viver, mas em condições decentes, próximo a seu local de trabalho. Seu sucesso deverá contribuir para estimular as comunidades residentes no Centro Histórico a participar ativamente do processo de preservação e de revitalização do Centro. Cada vez mais se torna evidente que somente consolidando a vocação residencial do Centro se poderá esperar uma revitalização duradoura. O financiamento (10 milhões de dólares) desse projeto será assegurado 50% pelo BID, a fundo perdido, 40% pelo governo federal e 10% pelo Estado do Maranhão.

Por outro lado, o governo do Estado decidiu estender às ações de restauração até então concentradas no bairro da Praia Grande e do Desterro, área tombada em nível federal, ao bairro vizinho Madre de Deus, área tombada em nível estadual, onde se encontra a usina Cânhamo, cuja recuperação obteve grande sucesso popular, assim como a maioria das associações ligadas à cultura popular (rituais de origem africana, tambor de crioulo, Casa da Mina e grupos de Bumba meu boi, a mais viva das danças temáticas brasileiras em que se mesclam tradições indígenas, africanas e portuguesas).

ANEXO 10

**CAPITAIS ESQUECIDAS:
BELEM - MANAUS - SÃO LUÍS**

Texto

Gilles Lapouge

Fotografias

Rodolphe Hammadi

Ministério da Cultura

Departamento de Assuntos Internacionais

Hermé, 1996

Esta obra foi realizada pela Editora Hermé
sob a direção de Véronique Hartmann
para o Departamento de Assuntos Internacionais
do Ministério da Cultura e da Francofonia,
com a colaboração de Claire Durieux.

Este livro beneficiou-se do apoio da Kodak.

© EditionsHermé, março 1996

Capa: São Luís, a pequena pianista

PREFÁCIO

Capitais esquecidas do Brasil.

Nomes impõem-se, inicialmente, luminosos, ao nosso espírito que esse grande país sabe ainda fazer sonhar: Rio, Salvador da Bahia, Ouro Preto.

Capitais seguramente, mas não esquecidas.

Os livros, os filmes, as reportagens proliferam, o barroco está na moda, fachadas recuperam suas cores. O Brasil eterno aparece aí e em outras antigas capitais sonolentas do lado do equador.

Porém, aqui nosso olhar nos leva mais para o norte, em direção a São Luís, Belém, Manaus, fascinantes e úmidas na orla da floresta, do mar ou do rio, cujos segredos Gilles Lapouge e Rodolphe Hammadi evocam tão bem.

Toda a magia do Brasil opera na atmosfera vibrante dessas três cidades onde céu e água se conjugam e a história dos homens índios, negros e brancos se funda nas marcas da pedra, no verde onipresente, nos mercados enfeitiçantes, nos rostos, no oceano, na Amazônia enfim.

Alain LOMBARD

Chefe do Departamento de Assuntos Internacionais

BELÉM,

MANAUS,

SÃO LUIS

As cidades da Amazônia têm manhãs gloriosas. Nem bem saídas das profundezas da grande floresta, põem-se a crescer, desabrochar, fazer maravilhas. Belas e narcísicas requebram-se e enfeitam-se, miram-se nas águas do belo rio, iluminam a penumbra.

Alguns séculos mais tarde, de repente, o cansaço as enfastiam e decidem cochilar um pouco. Então, murcham como um dia, a toda velocidade, desabrocharam, e se cobriram de poeira, mas não se pode confiar nessa agonia: as cidades da Amazônia são obstinadas. Mesmo não maquiadas dormem de um olho só. Fingem aceitar o seu próprio perecimento, mas, sob as pálpebras cerradas preparam-se para dar um salto. Vestiram seus trajes de luto somente para nos desviar do caminho: como as árvores da monstruosa floresta, alimentam-se da própria morte. E reflorescem.

Nesse vai e vem entre sombra e luz, Belém, a portuguesa, a guardiã do delta, a mercearia fluvial de especiarias da Amazônia, e Manaus, cidade legendária encolhida no coração do “mundo perdido” de Conan Doyle, fizeram-se uma especialidade.

Durante muito tempo, Manaus nem mesmo era uma cidade. Era um posto fortificado, Barra, que os portugueses, em 1669, plantaram a 1.700 km do Atlântico, na confluência do Amazonas e do rio Negro, para zombar dos espanhóis. Um século e meio mais tarde, Barra continua a ser um obstáculo invisível na floresta, o início do mundo. Atrai alguns vagabundos, quatro mil miseráveis que comercializam castanha, tartarugas... Nada do que se vangloriar! Há, é verdade, esse líquido bizarro que escorre das seringueiras e que os índios chamam de “chau chu”, mas, o que fazer desse “leite”, que se torna elástico ao se coagular?

Pouco tempo depois, um britânico, Charles Mackintosh, em seguida, um americano, Charles Goodyear, arrancam Barra de sua melancolia pré-histórica. O primeiro inventa, em 1819, um tecido emborrachado e o segundo cria, em 1839, a vulcanização. A partir de 1850, o “chau chu” parte para a conquista do mundo. A borracha é ouro, é diamante. Barra, que passa a chamar-se Manaus (mais tarde Manaus) enlouquece. Belém prospera. Quinhentos mil pobres sangram as seringueiras. A vida deles é um inferno. Desse inferno, os donos cruéis de Manaus e de Belém constroem um paraíso.

Manaus seduz a Europa: cinquenta mil nababos, engordados com o sangue dos pobres, instalam na floresta uma cidade irreal: presenteia-se com bondes elétricos, enquanto em Boston continua-se a usar cavalos. Capital do esnobismo, Manaus manda lavar suas camisas em Paris, importa de Londres mordomos delicados e bebe rios de champagne. As cortesãs são belas e ávidas. Fazem diabruras nos camarotes da Ópera, entre os mármore. Nos cafés, nas mesas de madeira nobre, tilintam moedas de ouro.

Segundo ato. Outro inglês dará fim às glórias da Amazônia. Chama-se Henry Alexander Wickam. Instala-se em Santarém, pois quer estudar orquídeas. Seu aspecto é de um lunático, mas todos os ingleses são lunáticos e ele é deixado em paz. Grande engano. Esse apaixonado por orquídeas é o diabo: rouba 70.000 sementes de seringueira, as envia para Londres, e, pouco tempo depois, imensas plantações cobrem à Malásia. Os seringueiros arruinados do rio Negro ou do Madeira são esmagados pelos stakhanovistas da Ásia inglesa. Iniciam-se, em 1912, trinta anos de infortúnios!

As cidades se deterioram. Mas, a Amazônia ainda se mexe. Em 1928, Henry Ford desafia os ingleses e cria uma plantação, a Fordlândia, no rio Tapajós. Uma praga, a *Dothidela-ulei*, a liquida. Outro sobressalto: durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão invade a Malásia. Fim da borracha britânica. A seringueira amazônica retoma seu trabalho. Mas os novos seringueiros pegam malária e definham. Manaus, Belém improvisam, sobre o rio, aldeias de farrapos e de detritos, as primeiras favelas.

Mais vinte anos de decrepitude, e, em seguida, alguns generais tomam o poder em Brasília, em 1964, e o que faz um general quando se torna todo poderoso? Constrói arcos do Triunfo, trabalhos de Hercules, rodovias, utopias. Os do Brasil lançam-se sobre a Amazônia. Convém à sua vaidade. Será a sua Grande Pirâmide.

Uma rodovia, duas até, as Transamazônicas, rompem o território inviolado. Os generais implantarão ali, no "inferno verde", esse "Eldorado" que a Europa aspira em vão há quatro séculos. O espaço é recortado em fatias iguais, dotado de loteamentos parecidos, nos quais os homens conhecerão, enfim, a opulência, a ordem, o amor e a felicidade. O devaneio militar não dura. Após o "inferno verde", eis o "inferno utópico": a transamazônica é engolida pela floresta. As árvores perecem. A corrupção ganha todos os projetos. Após alguns anos de sobressaltos e patriotismo, Manaus, uma vez mais, morre, mas ela não vai se emocionar por tão pouco. A morte é sua companheira e, logo, lança-se em nova aventura: é erigida em "zona franca".

Graças a essa zona franca, Manaus se recicla em caverna de Ali Babá, onde se amontoam tesouros eletrônicos do Japão e da América. Ela restabelece relações com sua primeira vocação, o comércio, mas os 3.000 miseráveis de 1830 tornaram-se um milhão e duzentos mil negociantes e industriais vorazes. No entanto, o abarrotamento da colméia é artificial. O porto flamejante de Manaus jamais se integrou à Amazônia.

Belém, ela, não teve a sorte de ser zona franca. Prossegue sua carreira de sonâmbula. Enorme e miserável expõe belas lembranças, igrejas de todos os tipos, verdadeira enciclopédia de estilos religiosos, armazéns de madeira e de juta, um magnífico parque florestal equatorial, belas praças sonolentas onde crianças esfomeadas jogam pedaços de pau nos galhos das mangueiras para saborear as frutas.

A história dessas duas cidades, a de Manaus, sobretudo, espanta por suas acelerações. Sob outros céus, na Grécia, na Itália, na China, a história tomou seu tempo: produz centelhas durante um milênio depois disso adormece por outro milênio, um milênio de declínio, prazo razoável caso se queira que a decadência renda todo o seu sumo e que as ruínas sejam belas. Manaus é por demais impaciente. Superdotada de crepúsculos e renascimentos, assim que alcança o firmamento despedaça-se no chão.

As glórias e tristezas das cidades amazônicas são danças de São Guy e como fabricar nobres ruínas em um piscar de olhos? Fabricam-se outras coisas: ausências, terrenos baldios, melancolias, tédio, lembranças de felicidade, festas mortas...

É por isso que a beleza, a poesia de Manaus e de Belém se valem. Não se dão ao primeiro turista que chega. É preciso aprender a descobrir, na transparência de sua decoração, a memória de uma terra dividida entre o luxo e a morte.

Aqui não há Coliseu, nem ponte sobre o Gard, nem arenas de Arles! Mas, ao acaso de um passeio, uma sacada tal renda rasgada, uma ruela empoeirada alinhavada entre dois vazios, um leque de telhas vermelhas salpicado de manchas tal sardas, um velho adormecido como uma estátua partida, um parque onde passam músicas desaparecidas... e o tempo treme.

Cruzam-se fantasmas. O fantasma e a borracha conformam a decadência e os renascimentos, uma das principais produções da Amazônia. Nos palácios vazios as mulheres com saias de crinolina, negras de veludo, infantes e mortalhas celebram as festas das catacumbas. A fronteira com os séculos que se passaram é tênue. Os mortos, os pobres mortos, visitam os vivos. Em Belém, não se consegue ir ao teatro sem cruzar nas escadas com uma mulher de pescoço cortado, seguida por lacaios de além-túmulo.

Alguns desses fantasmas são reais. Conheci, nos arredores de Belém, no coração da floresta neolítica, duas senhoras idosas, duas irmãs muito distintas, descendentes de um dos príncipes da borracha que haviam decidido viver para sempre na *Belle Époque*. Sua "loucura" equatorial era sublinhada por cipós, mas eram cipós em *trompe-l'œil*. A verdade era que as duas irmãs viviam em Paris, no apagar das luzes dos anos 1900. Falavam um francês saboroso e tropical, tomavam chá como se fazia na casa dos Verdurin. Quando fui visitá-las, tagarelavam sobre o presidente Fallières e o rei George V, sobre Swann e Odette. Conheciam de cor a casa de Illiers-Combray que jamais haviam visto e, quando afastavam as cortinas para me mostrar macacos e

papagaios, eu esperava ver passar, nos *Champs Elysees*, a silhueta do pequeno Marcel Proust atrás do seu arco de madeira.

Conheci essas duas mulheres há trinta anos. Eram idosas, delicadas e friáveis. Temo que tenham encerrado seu périplo amazônico e que tenham se decidido abraçar a carreira de fantasma.

O destino de São Luís é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente. Situado à beira-mar, no encontro da luxuriante Amazônia e do Nordeste desértico, São Luis foi um dos êxitos do Brasil colonial. Foi fundada por um mosqueteiro francês, Gabriel de la Touche, senhor de La Ravardière, na primavera de 1614, seu nome homenageando nosso rei Luis XIII. Alguns anos mais tarde, em 1620, os portugueses de Jerônimo de Albuquerque infringiram uma derrota esmagadora aos franceses, com a ajuda, é verdade, de uma belíssima senhora que juram ser a Virgem Maria.

Seguem-se três séculos de fausto. A cidade se enriquece, mas, ao contrário dos arquitetos das "favelas", os pedreiros de São Luís não usam nem farrapos nem trapos. Importam de Lisboa azulejos azuis e brancos, herança dos árabes, que envernizam as casas com uma carapaça lisa, glacial e espelhada. São Luís parece a capital dos contos de Grimm.

Cidade de negócios e de indústria, cidade de aristocratas também, São Luís reverencia o protocolo e a língua culta. Gaba-se de falar um português mais refinado que o de Coimbra e Lisboa. Até os mendigos, que estendem uma mão impassível e desdenhosa aos pés da Igreja da Conceição vangloriam-se de mendigar na Atenas do Brasil.

A queda de São Luis foi extremamente brutal. Sua decadência é uma das mais elegantes de todo o Brasil. Uma obra-prima.

É no final do século XIX que as prósperas manufaturas têxteis de São Luís são destronadas pelas indústrias de São Paulo, no Sul, pelas de Manchester e a dos Estados Unidos. A cidade é fulminada. Afunda.

A catástrofe foi penosa. Ainda, há apenas trinta anos contavam-se as cicatrizes. São Luís não tinha tido tempo, ou o gosto, de curar suas feridas. Descobria-se, em alguns lugares, uma espécie de Pompéia dos antípodas, tão escancaradas eram os estigmas do desastre.

Edifícios em construção antes do início da crise permanecem inacabados. Do lado do mar, subsistem algumas usinas: com suas chaminés de tijolos e entrada em azulejos, parecem, inicialmente, elegantes, mas, ao aproximar-se se descobre o mato: cipós atravancam as janelas, flores invadem a sala de máquinas. Lembro-me de uma dessas manufaturas abandonadas. Através das janelas quebradas havia escorrido uma

poeira avermelhada, como se as máquinas tivessem decidido não mais produzir tecidos multicoloridos para senhoras frívolas, mas uma poeira combinando melhor com seu novo destino.

O restante da cidade resistiu melhor, resistiu até mesmo maravilhosamente bem. Por “culpa dos azulejos”. Sobre essas lacas lisas e frias, o tempo é enganado: com certeza, com a ajuda das tempestades tropicais, que chega a derreter casas como se fossem de açúcar, mas não consegue aviltar os ladrilhos azuis e brancos. Não conheço nada mais belo que essas casas arruinadas, contudo revestidas como em uma ópera fabulosa, uma fachada não deteriorável.

Nos anos 80, as coisas mudam. São Luís considera sua penitência finda. “Acabou-se a decadência!”, e retorna ao trabalho, com, graças a Deus, a indolência distinta que faz o charme de seus moradores. É verdade que os Deuses – ou, talvez, a Virgem Maria, que outrora venceu os mosqueteiros franceses - abençoou a capital do Maranhão. Eles permitiram que fosse descoberta, em Carajás, a 700 km ao norte da capital, uma montanha de minérios praticamente puros, entre eles a maior reserva de ferro do mundo. Imediatamente, o Brasil soou o bota-fogo: instalação de estrada de ferro, escavação de um porto capaz de abrigar navios de Gulliver...

Dessa fonte de riqueza São Luís se alegra, mas os inúmeros poetas que a povoam abrem o olho e cuidam da semente. Não têm a menor intenção de substituir a Atenas dos Trópicos pela Ruhr equatorial. A cidade empreendeu a restauração de seu bairro histórico que constitui o maior e mais belo conjunto colonial de toda a América Latina.

São Luis soube associar o declínio e o despertar, o esquecimento e o futuro. No burburinho de suas ruas, o passado nos toca, acarinha. No mar, um pequeno forte se obstina em cuidar, com seus canhões de pacotilha, das caravelas extraviadas nos recuos no século XV. Adiante, pode-se cruzar com um índio de olhos muito azuis, que provavelmente descende de algum mosqueteiro de La Ravardière, que, depois de derrotado por Albuquerque ganhou a floresta amazônica e apaixonou-se pelas índias.

Se, à noite, se atentar para as conversas dos jovens languídos e das jovens meigas nos parques, ouve-se um português antigo, elegante como uma estampa. O sotaque é cantante e a gramática irrepreensível, fazendo crer que essa cidade, ao contrário de todas as outras cidades brasileiras, revestiu sua linguagem de um verniz glacial e puro, semelhante aos azulejos azuis e brancos sobre os quais as proezas e a fadiga da História deslizam sem deixar rastros.

Hoje, São Luís é uma das jóias do mundo. À maneira de Veneza, essa cidade paira sobre os séculos, entre a imobilidade e as metamorfoses: em alguns momentos é uma cidade industrial, realista e obcecada pelo futuro. Em outras noites, quando o céu

é todo ouro, não é mais que a morada de espectros e lendas, cidade frágil, ameaçada e que se atravessa na ponta dos pés, como se caminha em um sonho.

Gilles Lapouge

ANEXO 11

LEGISLAÇÃO FEDERAL

A.11.2(a) - Enumeração dos bens culturais maranhenses listados¹ pelo tombamento federal

¹Pelo Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

ANEXO A.11.2 (a)

LEGISLAÇÃO **FEDERAL** DE PROTEÇÃO DOS BENS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS E CULTURAIS

(Versão B - Frances)

LISTA DOS BENS TOMBADOS PELO GOVERNO FEDERAL NO MARANHÃO

DOC N^o

Relação dos bens culturais maranhenses listados* pelo tombamento federal

(* pelo Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN))

4.1 - Monumentos situados no município de Alcântara (no continente):

4.1.1 - Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Alcântara (sede da municipalidade) declarada Monumento Nacional pelo Decreto n^o 26077-A de 22/12/1948.

- Processo n^o 390-T
- Inscrição n^o 254. Livro de Tombo Histórico Vol. 1 p. 43, data 29.12.1948
- Inscrição n^o 521. Livro de Tombo das Belas-Artes. Vol. 1, p. 95, data 10.10.1974
- Inscrição n^o 067. Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, p. 15, data 10.10.1974

4.2 - Monumentos situados no município de São Luís

4.2.A - Conjuntos Arquitetônicos e Paisagísticos que constituem a Zona Federal Tombada no Centro Histórico de São Luís

4.2.1 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias

- Processo nº 509-T - 54
- Inscrição nº 434. Livro de Tombo das Belas-Artes. Vol. 1, p. 81, data 23.12.1955

4.2.2 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís:

Inicia no primeiro baluarte existente na Avenida Cinco de Julho, ao norte do Palácio do Governo, aí passando pelo segundo baluarte, tendo como limite a baía de São Marcos; contorna todo o trecho denominado Praia Grande, até e incluindo o bairro do Desterro. Daí sua linha limítrofe segue paralelamente à Rua Afonso Pena, cercando um conjunto de antigas residências até o encontro do imóvel sito no nº28 da Rua Grande. Segue até encontrar a Rua da Paz. Prossegue à direita a partir desse ponto até o cruzamento com a Rua Virgílio Domingues, que delimita a zona em questão até a Rua dos Afogados onde desemboca. Daí segue paralela à Rua do Ribeirão, incluindo o edifício sito no nº 187 da Rua dos Afogados, atingindo a Rua Euclides Faria, onde vira à esquerda atravessando assim a Rua do Ribeirão. Está limitado pelos fundos do edifício nº 141 do Largo do Ribeirão; continua paralelamente à Rua Isaac Martins, incluindo, aliás, o conjunto de antigas moradias que nela se encontram, antes de atingir a Rua do Egito. Desse ponto continua à direita até a Rua Zaque Pedro que toma até a Rua do Parque XV de Novembro onde desemboca. Continuando à esquerda por essa via encontra a Rua Newton Prado e a Avenida Cinco de Julho, seu ponto de partida, que compreende os conjuntos já tombados da Praça Benedito Leite, da Praça João Francisco Lisboa e do Largo contornando a Igreja de Nossa Senhora do Desterro, lembrando que o conjunto da Praça Gonçalves Dias, assim como outros edifícios já tombados e igualmente situados fora da zona em questão guarda sua condição de imóveis tombados em função de procedimentos anteriores.

Nota: - A delimitação abaixo se refere ao conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico dos bairros da Praia Grande, do Desterro e do Ribeirão.

- Processo nº 454-T-57
- Inscrição nº 64. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, p. 15, data 13.03.74
- Inscrição nº 513. Livro do Tombo das Belas-Artes, vol. 1, p. 93, data, 13.03.1974

4.2.3 - Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Desterro

- Processo nº 454-T-51

- Inscrição nº 433. Livro do Tombo das Belas-Artes, vol.1, p. 81, data 23.12.1955

4.2.4 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Benedito Leite

- Processo nº 454-T-54

- Inscrição nº 430. Livro do Tombo das Belas-Artes, vol. 1, p. 81, data 23.12.1955

4.2.5 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça João Francisco Lisboa

- Processo nº 454-T-54

- Inscrição nº 431. Livro do Tombo das Belas-Artes, vol. 1, p.81, data 23.12.1955

4.2.B - Edificações e monumentos isolados no Centro Histórico de São Luís

4.2.6 - Capela de São José da Quinta das Laranjeiras, na Rua Oswaldo Cruz

- Processo nº 209-T-39

- Inscrição nº 281. Livro do Tombo das Belas-Artes, vol. 1, p. 48, data 16.IV.1940

4.2.7 - Casas na Avenida Pedro II, do nº 199 ao nº 205

- Processo nº 599-T-59

- Inscrição nº 459. Livro do Tombo das Belas-Artes, p. 85, data 17.VIII.1961

4.2.8 - Casa na Avenida Colares Moreira, nº 84, sede atual da Academia Maranhense de Letras

- Processo nº 645-T-61

- Inscrição nº 355. Livro do Tombo Histórico, p. 58, data 9.XI.1962

4.2.9 - Fonte das Pedras

- Processo nº 600-T

- Inscrição nº 459. Livro do Tombo das Belas-Artes, p. 86, data 17.VIII.1963

4.2.10 - Fonte do Ribeirão

- Processo nº 428-T-50

- Inscrição nº 358. Livro do Tombo das Belas-Artes, p. 76, data 14.VIII.1950

4.2.11 –Portão Armoriado da antiga Quinta das Laranjeiras

- Processo nº 210-T

- Inscrição nº 282. Livro do Tombo das Belas-Artes, p. 48, data 16.IV.1940

4.2.12 - Palacete Gentil Braga – (sede atual do Departamento de Assuntos Culturais da UFMA) Rua Oswaldo Cruz (ou Rua Grande) nº 782, na esquina da Rua do Passeio; este imóvel é conhecido pelo nome Sobrado do Canto da Viração

- Processo nº 940-T-79

- Inscrição nº 531. Livro do Tombo das Belas-Artes, p. 9976, data 1.XI.1978

4.2.13 - Remanescentes da Fortaleza de Santo Antonio da Ponta D'Areia

- Processo nº 930-T

- Inscrição nº 455. Livro do Tombo Histórico, p. 75, data 6.VIII.1975

4.2.14 - Retábulo do altar-mor da Catedral de Nossa Senhora da Vitória

- Processo nº 505-T

- Inscrição nº 417. Livro do Tombo das Belas-Artes, p. 79, data 23.VII.1954

4.2.15 - Prédio da antiga Usina Santa Amélia na Rua Candido Ribeiro, nº 250

- Processo nº 1.144-T-85

- Inscrição nº 513. Livro do Tombo Histórico, vol. 1, p. 98, data 10.07.1987

4.2.C - Monumentos isolados situados fora do Centro Histórico (em outras zonas da cidade de São Luís)

4.2.16 - Sítio Santo Antônio das Alegrias ou Sítio do Físico (no Parque Ecológico Estadual do Bacanga)

- Processo nº 1.017-T-80

- Inscrição nº 082. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, p. 24.

- Inscrição nº 484. Livro do Tombo Histórico, p. 84, data 29.1.1981

4.3 - Monumentos situados no município de Paço do Lumiar (na ilha de São Luís)

4.3.1 - Sítio arqueológico do Pindahy

- Processo nº 211-T-39

- Inscrição nº 006 Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, p. 02, data 19.01.1940

Total de processos de tombamento federal: 18

Município de São Luís: 16

Município de Alcântara: 04

Município de Paço do Lumiar: 01

Nota: Essa listagem foi revisada com a colaboração da arquiteta Stella Regina Soares de Britto (IPHAN/ 3ª CR).